



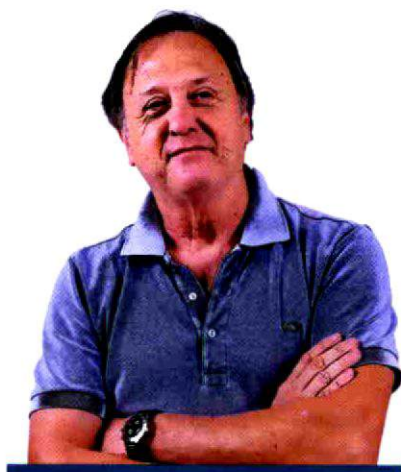
BYOD: regras (e p muito claras

KAREN FERRAZ

TI DEVE ESTAR ALINHADA AO DEPARTAMENTO JURÍDICO PARA DEFINIR LIMITES NO USO DA MOBILIDADE E PROTEGER INFORMAÇÕES CRÍTICAS DO NEGÓCIO. E QUEM NÃO CUMPRIR, ESTÁ FORA DO JOGO!

Pense como a nossa forma de trabalhar mudou nos últimos anos. Hoje conseguimos acessar informações corporativas para tomar decisões importantes sem precisar estar dentro da empresa, simplesmente utilizando nossos smartphones e tablets. A mobilidade, apoiada pela nuvem, provocou uma revolução nas fronteiras que antes dividiam claramente o que era trabalho e vida pessoal. O movimento de "traga seu próprio dispositivo" (BYOD, na sigla em inglês), iniciado mais recentemente, causou certo desespero para as organizações e para os CIOs. Afinal, quais os limites para proteger informações críticas do negócio?

nalidades)



Fotos: Photogram

*"O DEPARTAMENTO JURÍDICO
TEM POR TRADIÇÃO DIZER
'NÃO' AO BYOD"*

Mendel Szejf, da Leroy Merlin

*"JURÍDICO BEM ORIENTADO
SE CONVERTE TOTALMENTE À
MOBILIDADE"*

Patrícia Peck, advogada

*"SÓ FOMOS PARA O BYOD COM
A POSSIBILIDADE DE GERENCIAR
AS INFORMAÇÕES"*

André Schineiter, da Odebrecht

"A questão não é mais aderir ou não. Por mais que a TI não ofereça, essa realidade vai existir e os funcionários vão utilizar seus dispositivos no trabalho", comentou a advogada especialista em direito digital Patrícia Peck durante o IT Forum Debate Direito Digital. O encontro reuniu também Mendel Szejf, CIO da Leroy Merlin, e André Schineiter, CIO da Odebrecht, para discutir as implicações jurídicas dessas tendências digitais.

As duas empresas que participaram da mesa aderiram à mobilidade e ao BYOD, com o suporte de uma política de uso que define claramente quais as regras do que pode ser feito ou não pelos colaboradores com o uso de smartphones e tablets, no que diz respeito à segurança de informação corporativa e regras trabalhistas. Para tanto, a implantação dos projetos contou com a ajuda de orientação jurídica especializada para superar, antes de tudo, desafios internos: o alinhamento entre TI e o departamento jurídico.

"O departamento jurídico tem por tradição dizer não ao BYOD. Só que se ele disser não, isso vai extrapolar os limites e as pessoas vão usar mesmo assim", afirmou Mendel Szejf. Isso acontece, na opinião dos debatedores, pelo próprio desconhecimento do jurídico sobre a mobilidade.

Desde que assumiu a TI da Leroy Merlin, Szejf levantou a bandeira da mobilidade na corporação. Aderir à tendência, segundo ele, implica necessariamente em assumir os riscos inerentes a ela. "Hoje a empresa tem plena confiança no que a TI está fazendo, dos riscos à segurança. E, para isso, montamos uma equipe composta por pessoas da TI e do jurídico, assumimos os riscos, e implantamos. Até hoje não tivemos muitos problemas", conta.

Na Odebrecht o desafio da TI é gerenciar cerca de 7 mil smartphones utilizados pelos colaboradores - e não dava para fazer isso sem uma regra, destacou Schineiter. "Os riscos no BYOD existem e,

Soluções Tedesco da Thomson Reuters: MOBILIDADE E AUTOMAÇÃO INTELIGENTE

REUTERS/Andrew Winning

Frente aos desafios da globalização, os departamentos jurídicos das empresas assumiram um papel muito mais estratégico, deixando de ser uma área operativa e consultiva, para atuar proativamente integrada em todos os processos-chave do negócio. Para acompanhar esse movimento de mercado, empresas de ponta buscaram soluções capazes de respaldar seus importantes processos de gestão.

Alinhada ao compromisso de identificar os desafios e atender as necessidades de seus clientes, a Thomson Reuters, por meio de sua unidade de negócios de Legal, vem implementando em diversas corporações, uma avançada plataforma tecnológica. Trata-se das Soluções Tedesco, modulares e personalizadas, com funcionalidades de alto impacto e desenvolvidas para agregar valor.

O módulo Contencioso, permite interação do departamento jurídico com os escritórios de Advocacia em tempo real, possibilitando um ciclo de provisionamento mais assertivo e alinhado às principais normas vigentes.

“Temos um módulo Contencioso da Solução Tedesco específico para cada área (Cível, Tributária,

Trabalhista, Criminal) e um módulo gerencial que consolida todas as informações. A ferramenta permite a descentralização dos processos operacionais. Os escritórios terceiros são responsáveis por alimentar informações como andamentos, documentos e audiências, e o jurídico interno faz a gestão das informações e a gestão do provisionamento, em compliance com a SOX e as normas contábeis IFRS/CVM, com o objetivo maior de impactar positivamente nos indicadores de resultados contábeis da empresa”, diz Adriano Lopes, Diretor de Software Jurídico Corporativo da Thomson Reuters no Brasil.

Com um portfólio completo e integrado de conteúdo e software jurídico, a Thomson Reuters – provedor líder mundial de soluções e informações inteligentes para empresas e profissionais – opera no Brasil com marcas de grande prestígio e respeitabilidade: Editora Revista dos Tribunais, Tedesco e Novaprolink.

www.tedesco.inf.br • 11 2159-0500
comercial.tedesco@thomsonreuters.com

DESAFIOS NOVOS À VISTA

Uma nova obrigação proposta pelo Governo Federal impactará diretamente a rotina dos departamentos jurídicos corporativos. Ao contrário do que muitos imaginam, o eSocial não impactará somente os departamentos fiscal, contábil e de recursos humanos das empresas. O sistema exigirá o envio unificado das informações relativas às relações de trabalho, gerando assim, um processo automático de fiscalização e de aplicação de penalidades para as empresas não conformes com a lei.

“Trata-se de uma mudança cultural para todas as áreas funcionais das empresas além de ser um novo desafio para os setores jurídicos”, alerta Adriano. Segundo ele, “parte das informações solicitadas pelo Governo são relacionadas a processos jurídicos e administrativos. As novas exigências demandarão tempo e equipe especializada para selecionar informações, organizá-las e padronizá-las. A Thomson Reuters está pronta para apoiar seus clientes nesse processo de adequação. Para evitar inconsistências na consolidação dos dados, a solução TedescoNEXT reúne e realiza o envio seguro das informações selecionadas, por meio de criptografia de dados”.





BLINDAGEM EM 4 PASSOS

A ADVOGADA PATRÍCIA PECK INDICA O ROTEIRO PARA IMPLANTAÇÃO DO BYOD CAPAZ DE ENDEREÇAR QUESTÕES DE NÍVEL TECNOLÓGICO, QUANTO NORMATIVO E CULTURAL



REGRAS CLARA:
AS REGRAS DE USO DEVEM ESTAR BEM CLARAS E EXPLÍCITAS AOS COLABORADORES, O QUE PODE SER FEITO COM A AJUDA DE RECURSOS HUMANOS



ACULTURAMENTO:
AQUI TAMBÉM ENTRA O SUPORTE DO RH PARA INCENTIVAR O USO CORRETO DOS MECANISMOS DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES



MONITORAMENTO:
IMPLANTAR FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO É A ÚNICA FORMA DE GERIR COMO AS INFORMAÇÕES ESTÃO SENDO TRATADAS PELOS USUÁRIOS



PENALIDADE:
EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS DE USO, A COMPANHIA DEVE COBRAR AS CONSEQUÊNCIAS JUNTO AOS USUÁRIOS

por meio de uma orientação jurídica, fizemos nossa política de BYOD e a partir dela conseguimos limitar acesso a serviços e definir as regras de uso”, contou o CIO.

Com apoio do departamento jurídico, Schneiter explica que a TI criou algumas “vacinas jurídicas” para se resguardar no caso de eventuais problemas que possam ocorrer no futuro. Dessa maneira, ele afirma que foi possível avançar nas questões sobre segurança da informação, sobretudo na proteção corporativa para eventuais questões trabalhistas. Houve até determinação de investimento por parte do departamento jurídico, em soluções que permitem a discriminação do acesso de determinados serviços de acordo com o perfil dos usuários. “Só fomos para o BYOD com a possibilidade de ge-

renciar as informações e separá-las nos dispositivos para tratar o que é pessoal como pessoal e o que é corporativo como corporativo. Além disso, montamos políticas de uso diferentes para prevenir riscos trabalhistas de acordo com o acesso e os serviços dados ao colaborador”, acrescenta.

A empresa que não dá regras à informação corporativa dentro desses ambientes móveis uma hora ou outra irá enfrentar questões como vazamento de informação ou cobrança de hora extra. Isso não significa, contudo, que a melhor opção é virar às costas para esse movimento que já acontece. Manter uma postura contra a mobilidade, concordam Patrícia, Szlejf e Schneiter, não é medida preventiva, mas sim a possibilidade de criar um ambiente que não é gerenciado dentro da organização.

Outra questão que merece alerta, segundo a advogada Patrícia, é o compliance, indo além de simplesmente responder à auditoria as medidas necessárias. Segundo ela, é preciso ter procedimentos de coleta de logs, pois a TI é responsável por guardar todas as provas que acontecem na empresa, por exemplo para identificar uma fraude interna.

“A informação tem que estar alinhada entre TI e jurídico. E um jurídico bem orientado se converte totalmente para a causa da mobilidade. E para dar o primeiro passo, o CIO deve conscientizar o board da empresa de que o maior risco hoje é não ter uma regra específica para uso desses dispositivos”, afirmou a especialista em direito digital. Em resumo, os riscos existem, contudo, é possível estar preparado para quando eles chegarem, ter as respostas e mitigar - ou minimizar - as perdas. ● ITF